

# ATENDIMENTO ESCOLAR EM UNIDADES DE MULTIDEFICIÊNCIA E SURDO-CEGUEIRA CONGÊNITA E EM UNIDADES DE ENSINO ESTRUTURADO PARA ALUNOS COM PERTURBAÇÕES DO ESPECTRO DO AUTISMO

**Eduardo Domingues, Paula Ferreira**

Doutorandos em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona do Porto,  
Docentes de Educação Especial Especializados no Domínio Cognitivo Motor  
[e.domingues@netcabo.pt](mailto:e.domingues@netcabo.pt) [ferreirapaulac@gmail.com](mailto:ferreirapaulac@gmail.com)

«Escola para Todos»

Este é o mote para toda esta comunicação, pois no seu âmago está o direito universal à educação. Assim, um dos desafios que se coloca hoje à escola é, indubitavelmente, o atendimento individualizado que fomente o sucesso escolar, independentemente da diferença de cada um. Note-se que o alargamento da escolaridade obrigatória a grupos cada vez mais diversificados e complexos de alunos colocou à escola o desafio de aceitar a diferença e de responder eficazmente às necessidades individuais de todos os alunos, garantindo-lhes quer ingresso e quer sucesso.

É neste contexto de mudança que o movimento inclusivo tem “assaltado” as escolas, de uma forma progressiva, suscitando fortes sentimentos quer em professores e pais de crianças com ou sem dificuldades, quer em investigadores e outros profissionais.

Contudo, os sistemas educativos, ainda assentes numa perspectiva massificadora e colectivista, depararam-se forçosamente com um vasto leque de problemas, razão pela qual a escola não pode encerrar-se sobre si mesma e resistir às céleres mudanças contemporâneas.

A discussão da educação inclusiva trouxe, entre outras implicações, duas importantes mudanças na educação de crianças e jovens com NEE: o foco de atenção passou a recair sobre a escola, num primeiro momento, e sobre as mudanças que a escola deve oferecer para atender as necessidades educacionais de todos os alunos, num segundo momento. Por outro lado, toda a comunidade escolar está, de alguma maneira e talvez por diferentes razões, envolvida no processo e na discussão sobre a inclusão de alunos, deixando de ser um assunto restrito aos poucos profissionais especializados da escola, como ocorria num passado recente. Perspectiva-se, assim, a sua inserção como resposta à demanda da escola para este grupo altamente heterogéneo e com limitações acentuadas, cabendo à escola o granjear de recursos essenciais, assim como desenvolver

condições para que todos possam cooperar na vida escolar, atendendo às características dos seus alunos e respondendo às suas necessidades. Em simultâneo dever-se-á trabalhar junto da comunidade educativa a adaptação a esta nova realidade, pois como sabemos, a atitude, por exemplo dos professores é o primeiro grande passo em frente ou entrave nas situações educativas. Entendemos que para se alcançar um maior grau de inclusão dever-se-ão eleger, como ponto de partida, as práticas e o conhecimento existentes; identificar e reconhecer as diferenças como conjunturas para a aprendizagem; enumerar as barreiras à participação; usar os recursos disponíveis para apoiar a aprendizagem; fomentar uma linguagem ligada à prática; desenvolver e criar condições que permitam aceitar os riscos.

Neste campo de acção e perante as grandes transformações que a escola tem vindo a sofrer, surgiu o Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro, a repriminção do mesmo pela Lei n.º 21/2008, de 12 de Maio, e recentemente a Declaração de Rectificação n.º 10/2009, de 7 de Março onde se define o grupo alvo da Educação Especial, cujo objectivo primeiro é responder às NEE dos alunos com limitações significativas ao nível da actividade e da participação num ou vários domínios da vida, resultantes de alterações funcionais e estruturais, de carácter permanente, originando dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social e dando lugar à imprescindível mobilização de serviços especializados para promover o potencial de funcionamento biopsicossocial.

O diploma propõe, no seu articulado, criar e desenvolver as condições necessárias para a adequação do processo educativo às NEE dos alunos com deficiências ou incapacidades, e objectiva, também, a inclusão educativa e social, o acesso e o sucesso educativos, a autonomia, a estabilidade emocional, bem como a promoção da igualdade de oportunidades e, essencialmente, a preparação para o prosseguimento de estudos ou uma adequada preparação para a vida profissional.

Neste contexto, as unidades especializadas quer sejam de Multideficiência e Surdo-Cegueira Congénita quer de Ensino Estruturado para Alunos com PEA, constituem mais um importante recurso pedagógico especializado para os agrupamentos de escola, que visam promover o desenvolvimento das crianças pelo que deverão ser espaços o menos restritivos possíveis, pois nada nos parece de mais errado do que estar sempre no mesmo local, nunca esquecendo que a inclusão destas crianças numa turma dita “normal” representa um desafio para os professores que intervêm junto delas, uma vez

que lhes exige um trabalho gratificante e uma actualização constante dos seus conhecimentos.

Segundo Pereira (2008) as unidades especializadas são a resposta educativa que permite que os alunos tenham acesso a informação que os ajude a realizar novas aprendizagens ou aprendizagens significativas e que possam ser incluídos e participarem nas actividades desenvolvidas em conjunto com os seus pares sem NEE. Para tal, as Unidades têm de ser providas de meios e recursos diferenciados, que se enquadram nas linhas das actuais políticas defendidas por instituições a nível europeu e internacional, ao mesmo tempo que reforça a ideia da escola inclusiva.

Sabemos que adequar o ensino a estes alunos é um desafio para todos aqueles que trabalham numa Escola, pois trabalhar a sua adaptação ao contexto e sensibilizar a comunidade educativa para as suas necessidades é por vezes um trabalho delicado que passa por uma alteração de posturas, comportamentos, disposições e atitudes que permitem transformar a Escola, enquanto comunidade, num espaço onde predominem valores como a tolerância, respeito pela diferença e a sua aceitação absoluta.

É dentro desta conjectura, que o referido decreto-lei define como principais objectivos das Unidades de Multideficiência e Surdocegueira Congénita a promoção e participação dos que a utilizam nas actividades curriculares e de enriquecimento curricular junto dos pares na turma a que pertencem, bem como a aplicação de metodologias e estratégias de intervenção interdisciplinares visando o desenvolvimento e a integração social e escolar dos alunos. É também essencial promover a criação de ambientes estruturados, securizantes e significativos ao mesmo tempo que se implementam as adequações curriculares necessárias, onde se recomenda adoptar e optar por medidas educativas flexíveis, de carácter individual e dinâmico, conjecturando uma avaliação constante do processo de ensino e de aprendizagem do aluno, o envolvimento e participação da família de forma regular em todo o processo, a par de apoios específicos ao nível das terapias, da psicologia e da orientação e mobilidade aos alunos que deles possam necessitar, assim como trabalhar a organização do processo de transição para a vida pós-escolar.

Se isto se passa nas unidades de multideficiência, nas unidades de ensino estruturado para alunos com espectro do autismo está subjacente à sua criação a concentração de recursos humanos e materiais para que mais facilmente se possa dar uma resposta educativa de qualidade, promovendo a participação dos alunos nas actividades curriculares, em conjunto com os seus pares de turma, implementando e desenvolvendo

atitudes que promovam a organização, quer no tocante ao espaço e tempo, quer no que concerne aos materiais e actividades de modo a aplicar e desenvolver metodologias de intervenção interdisciplinares que facilitem os processos de aprendizagem e de adaptação ao contexto escolar e, progressivamente, de autonomia, procedendo para tal às adequações curriculares necessárias, de modo a assegurar a participação dos pais/encarregados de educação no processo de ensino e aprendizagem, e atempadamente organizar o processo de transição para a vida pós-escolar.

Papel fundamental, no nosso entender, tem, também, a família. Na verdade, este trabalho não pode ser feito apenas em termos burocráticos e administrativos, tem de haver um trabalho paralelo com a família, pois sabemos que nem todas as famílias estão preparadas emocionalmente para a realidade e continuam a idealizar um “milagre” que modifique toda a vida dos seus educandos. Como tal, a escola tem a dupla função de educar o aluno enquanto utilizador da Unidade e ao mesmo tempo ajudar os pais a gerirem expectativas, pois são alunos que pelas suas características particulares, que os presentes bem conhecem, necessitam de um atendimento personalizado, pelo que deve ser preocupação do docente que trabalha com eles aplicar o máximo de qualidade nas tarefas que lhes propõe, porque a inclusão é isso mesmo e tem, obrigatoriamente, de ser entendida como um processo que responde à diversidade das necessidades de todos os alunos.

Perante esta nova realidade verificamos que as nossas escolas muitas vezes ainda não estão preparadas emocionalmente para incluir com êxito estes alunos, e pela nossa prática, a correcta adaptação de respostas e de atitudes educativas tornam-se a pedra basilar para o progresso destes alunos em termos escolares.

Entendemos, também, que uma das possíveis respostas de qualidade são as unidades de apoio especializado que vão, na nossa opinião, de encontro às especificidades destes alunos, permitindo o tão reclamado apoio individualizado, baseado em técnicas de trabalho próprias, as quais se têm de se alicerçar num currículo de carácter funcional, que permita o sucesso educativo e a autonomia desta população tão heterogénea. Para além do aspecto curricular, as Unidades implicam a criação dos imprescindíveis ambientes estruturados e securizantes, já referidos, essenciais à plena participação dos alunos, uma vez que estas ambiências permitem a gestão de tempos próprios em função das necessidades particulares, assim como a realização de actividades de acordo com a diferenciação pedagógica efectuada.

Na realidade, alguns anos a trabalhar com estes alunos permitem-nos traçar pistas que possam ser inspiradoras para o aumento de respostas inclusivas, sendo nosso objectivo, desde sempre, e permitam-nos a imagem, sermos uma antena, receptora das orientações emanadas pelo M.E. e, simultaneamente, emissora de procedimentos inclusivos. E é na conjugação da recepção, tratamento da informação e da emissão que o papel do professor se torna crucial. Note-se que mais do que o cumprimento de normativos legais, mais do que o cumprimento dos programas educativos a que se propõe, o papel do professor de alunos com NEE é um “acto de amor”, não amor caritativo ou assistencial, mas amor num plano menos terreno que se possa imaginar, pois cabe ao professor ser optimista, estimulando o aluno, e ao mesmo tempo que gerimos o seu mundo em termos de escola, de construção de vivências e de experiências, nós professores, também crescemos com eles, razão pela qual afirmávamos que é um acto de amor.

E é neste âmbito que o trabalho do professor se revela de extrema importância, pois os alunos, devido à sua limitação cognitiva, motora e sensorial são, por natureza, menos participativos em todos os sentidos, e adequar o ensino a estes alunos é um desafio constante para todos aqueles que trabalham numa escola no que respeita ao desenvolvimento da sua plena inclusão. Fomentar o trabalho cooperativo e estabelecer uma relação baseada numa relação positiva e de confiança em parceria com a família é fundamental, pois permite assegurar que todo o trabalho em termos de unidade é complementado em casa, gerando uma articulação positiva que cria resultados benéficos para a interacção e para a inclusão.

Por outro lado, estes alunos pelas suas características obrigam a que a escola se abra a outros contextos, que tradicionalmente não intervinham, pelo menos directamente, nas aprendizagens escolares: a família e a comunidade que são essenciais na sua aprendizagem, não só por garantirem experiências funcionais em contexto real, mas também porque, terminado o seu percurso escolar, é nestes dois espaços que o jovem estará inserido. Convém salientar, a este passo, que, por vezes, as barreiras à inclusão educacional e social são muitas e variadas, que vão desde as dificuldades próprias da condição de deficiente até à carência de políticas públicas concretas e capazes de atender à especificidade de cada aluno.

Apesar de ser impossível descrever neste curto espaço de tempo tudo aquilo que se poderá realizar numa Unidade, seja de Multideficiência e Surdo-Cegueira Congénita, ou UEEA, como suporte a todo o trabalho está a procura de potenciar e motivar os alunos

para que possam explorar e aprender com o objectivo final de alargar os seus horizontes culturais ao máximo e permitir que eles se auto-construam como cidadãos. Para que esta afirmação possa ser uma realidade, a escola tem de encontrar o meio o menos restritivo possível e simultaneamente o mais adequado para responder às suas necessidades específicas, ou seja, o meio que ofereça mais condições humanas e materiais para proporcionar uma educação de qualidade que ajude o aluno a ter sucesso social e escolar.

Assim, o trabalho a ser desenvolvido nas Unidades poderá transformar, permitam-nos a comparação, cada grão de areia num diamante, se lhe proporcionarmos um ambiente adequado e um trabalho de lapidação condizente.

Face a este cenário, é, de todo, necessário criar um ambiente de atendimento escolar baseado na qualidade, de modo a marcar toda a diferença no campo educativo, porém, a busca dessa qualidade e de um atendimento mais personalizado e que responda às reais necessidades dos alunos, oferecendo-lhe formação nas áreas que correspondam às suas expectativas e às exigências sociais, é mais do que a publicação de normativos legais, são práticas, atitudes, respostas e compromissos, entre outros, pois é consensualmente considerado que os ambientes educacionais regulares oferecem uma igualdade de oportunidades, e uma melhor preparação para a vida pós escolar.

Assim, a reformulação da escola parte da necessidade de ser mantida educação e justiça social para todos, onde a preocupação com as necessidades de alguns alunos se contrapõem as necessidades dos professores e das escolas para atender melhor todos eles.

## **NOTAS FINAIS**

Em jeito de síntese, podemos afirmar que a escola tem de ser capaz de responder adequadamente à pluralidade das necessidades dos alunos ao mesmo tempo que promove e desenvolve respostas educativas adequadas, transpondo, a cada dia que passa, as barreiras reais à inclusão, sejam elas educacionais ou sociais, sejam elas caracterizadas por dificuldades próprias da condição particular do aluno. Por isso, se não trabalhamos na base da inclusão, articulando com a família, com a escola e com a comunidade, de que servem as várias “terapias” se depois não há trabalho de casa? Nesta base de trabalho não vale a pena enganar-nos. Isso não é trabalho de unidade, muito menos de qualidade.

Para concluir, poderemos questionar-nos, será que as escolas portuguesas estão plenamente preparadas para esta realidade? Achamos que efectivamente que ainda há

um longo caminho a percorrer, contudo, somos optimistas e acreditamos que em breve período de tempo a inclusão ganhará a batalha, ou não fossemos nós fãs da articulação.

### **Bibliografia**

- Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro. (s.d.). *Diário da República, 1.ª série - N.º 4*, 154-164.
- Decreto-Lei n.º 319/91, de 23 de Agosto. (s.d.). *Diário do República, 1.ª Série - A N.º 193*, 4389-4393.
- D.G.I.D.C. (2008). *Alunos com Multideficiência e com Surdocegueira Congénita: Organização da Resposta Educativa*. Lisboa: Direcção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.
- Pereira F. (2008a). *Educação Especial: Manual de Apoio à Prática*. Lisboa: Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular: Direcção de Serviços de Educação Especial e do Apoio Sócio-Educativo.
- Pereira, F. (2008b). *Unidades de Ensino Estruturado para Alunos com Perturbações do Espectro do Autismo. Normas Orientadoras*. Lisboa: Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular. Direcção de Serviços da Educação Especial e do Apoio Sócio-Educativo.